



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ata N. 1732827

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ PARA ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO
SOBRE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO**

| Comissão Avaliadora e Grupo de Apoio Multidisciplinar | | |
|--------------------------------------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Data | Horário | Local |
| 15/dez/2023 | 10h | Ed. Premium - Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 2 - Lote 5/6 virtual |

Participantes:

Integrantes do Comitê:

Salise Monteiro Sanchotene, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça;

Adriana Alves dos Santos Cruz, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Justiça;

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Ministra do Superior Tribunal Militar;

Adriana Ramos de Mello, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre gênero direitos humanos e acesso à justiça;

Edinaldo Cesar Santos Junior, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

Luciana Lopes Rocha, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

Marcel da Silva Augusto Corrêa, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

Tani Maria Wurster, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

Adriana Manta, Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região;

Vanessa Karam de Chueiri Sanches, Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;

Lavínia Helena Macedo Coelho, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

Maria Domitila Prado Manssur, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo;

Fabiana Cristina Severi, Professora Doutora da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto;

Silvia Pimentel, Professora Doutora na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

Marilande Fatima Manfrin Leida, Servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, Servidora do Conselho Nacional de Justiça;

Apoio

Luciana Felicio Rublescki - Assessora-Chefe do Gabinete da Conselheira Salise Sanhotene;

Gessyane Nogueira – Estagiária do Conselho Nacional de Justiça

Não puderam comparecer à reunião, por motivos justificados: Mariana Aquino, Juíza Federal da Justiça Militar da União; Alcioni Escobar da Costa Alvim, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Juíza Auxiliar do Conselho da Justiça Federal; Patrícia Maeda, Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Juíza Auxiliar do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Eric Scapin Cunha Brandão, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Marta Lívia Suplicy, Presidente do Movimento Global Virada Feminina; Bárbara de Moraes Ferrito, Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e integrante do Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa e as Comissões de Estudos Relativos a Questões de Raça e Questões de Gênero da Enamat e Coordenadora da Comissão de Estudos sobre as questões de Raça; Cristiane Damasceno Leite, Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada e Celina Ribeiro da Silva Coelho, Servidora do CNJ.

Assunto da reunião: Apresentação dos integrantes do Comitê, levantamento das expectativas e das prioridades para trabalho do comitê e divulgação da página e Banco de Sentenças e Decisões com aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Reunião realizada por meio da Plataforma Teams.

I - Apresentação dos integrantes

Na abertura da reunião, a Conselheira Salise Sanchotene deu boas-vindas às pessoas que estavam ingressaram na sala virtual, as quais realizaram sua apresentação pessoal e das suas expectativas para início dos trabalhos.

II - Providências Administrativas

1. Foi sugerida a criação de um link em nuvem para uso pelos integrantes do Comitê, a fim de que possam compartilhar materiais e publicações sobre o tema, com disponibilização do link na descrição no grupo de WhatsApp do Comitê.

2. Após a apresentação da página do Banco de Sentenças e Decisões sobre Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, foram fornecidas decisões da justiça do trabalho para inclusão inicial pelo próprio CNJ, protocolos para julgamento com perspectiva de gênero de diversos outros países e materiais acadêmicos relevantes para consulta por interessados.

III - Levantamento de necessidades e sugestões:

1. Aperfeiçoamento da redação de ementas nos tribunais, para que constem os verbetes "Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero", a fim de facilitar a localização da jurisprudência do tribunal sobre o tema.

2. Capacitação de assessores e assessoras de gabinetes dos tribunais sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, para que as minutas relativas a pedidos e recursos sejam propositivas quanto aos termos do Protocolo e para que as ementas dos julgados retratem a posição do tribunal a respeito do julgamento com perspectiva de gênero; a capacitação deve ser obrigatória, presencial e com convocação mínima por unidade, itens a serem comprovados para o CNJ.

3. Sobre a capacitação da magistratura, foi relatado que a Enfam possui um curso básico sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero e que realizou essa capacitação para 25 juízes e juízas de diversos locais do País, em turma formada majoritariamente por mulheres, consignando-se que as vagas inicialmente oferecidas não foram todas preenchidas; foi também relatado que a Justiça do Trabalho fez um curso de letramento sobre raça e gênero, para os qual os tribunais indicaram duas pessoas para participar, com o custeio pela Enamat. Concluiu-se pela adequação de: *i*) capacitação setorializada de juízes e juízas, com atrativos, para sensibilizar presidências dos tribunais, associações e as escolas de formação e aperfeiçoamento; *ii*) estudo sobre possibilidade de a capacitação ser um requisito ou forma de pontuação nos sistemas de promoção ou remoção de magistrados e magistradas; *iii*) estímulo aos tribunais para que, em capacitações sobre Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, sejam indicados representantes juízes e juízas preferencialmente sem capacitação sobre o tema.

4. Inclusão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como parceiro nas atividades a serem desenvolvidas, considerando a necessidade de capacitação de todo o sistema de justiça e que o CNMP possui grupo de trabalho para a criação do Protocolo de Atuação do Ministério Público com Perspectiva de Gênero.

IV - Prioridades de atuação

Foram definidas três prioridades de atuação para o Comitê, neste momento inicial, e criados os respectivos subcomitês:

a) Elaboração de diretrizes mínimas para as capacitações sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (ementa, carga horária, perfis)

Integrantes:

Luciana Lopes Rocha (Coordenadora);

Lavínia Helena Macedo Coelho;

Adriana Ramos de Mello;

Tani Maria Wurster;

Silvia Pimentel;

Fabiana Cristina Severi;

Marilande Fatima Manfrin Leida.

b) Construção de perguntas e respostas frequentes para ser adicionada na página sobre o Banco de Decisões e Sentenças com aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Portal CNJ

Maria Domitila Prado Manssur (Coordenadora);

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha;

Lavínia Helena Macedo Coelho;

Adriana Manta;

Tani Maria Wurster;

c) Criação de um documento com passo a passo para auxiliar no preenchimento do Banco de Decisões e Sentenças com aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Portal CNJ, a ser Ofício às Presidências dos Tribunais.

Marcel da Silva Augusto Corrêa (Coordenador);

Edinaldo Cesar Santos Junior;

Adriana Manta;

Adriana Ramos de Mello.

V - Encerramento

A reunião foi encerrada pela Conselheira Salise Sanchotene, que agradeceu a participação e a adesão das pessoas ao convite para participar do comitê. 0

Salise Monteiro Sanchotene,

Presidente do Comitê de Acompanhamento sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero.



Documento assinado eletronicamente por **SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, CONSELHEIRA**, em 27/12/2023, às 14:31, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1745152** e o código CRC **DE0CB0E6**.

14280/2023

1745152v6